00907181

« R E C O R D E »
Apartado 2571
1114 Lisboa Codex
Telef. 54 43 01

TARDE (A)	Lisboa	15. OUT. 1981
RUA (A)	Lisboa	
AUTO MUNDO	Lisboa	
AUTO SPORT	Dafundo	
ÁFRICA	Lisboa	

Ens. Particular
v. n. de v. n.

UNIVERSIDADE LIVRE

Requerida inspecção para resolver actual litígio

Com a finalidade de prestar alguns esclarecimentos sobre os recentes acontecimentos ocorridos nas instalações da Universidade Livre realizou-se ontem uma reunião com os órgãos da Informação.

Presentes ao acto, o prof. António Gonçalves Rodrigues e o vice-reitor, prof. José Gonçalves de Proença.

Sobre a actual situação da UL os responsáveis presentes distinguiram-na da Cooperativa CEUL, que tem o mesmo nome acentuando que a UL é uma entidade juridicamente autónoma e independente sobre o ponto de vista pedagógico, científico

e administrativo e que a CEUL constitui um corpo social formado pelos sócios da Cooperativa legalmente admitidos. Para além disso trata-se de dois corpos sociais juridicamente independentes em que a qualidade de sócios da Cooperativa não dá qualquer direito sobre o corpo ou órgãos sociais da Universidade.

No que se refere ao corpo docente que — acrescentaram — é constituído por todos os quadrantes da vida política nacional, passou a depender exclusivamente dos órgãos, da Universidade, pelos quais passarão a ser contratados em termos e condições idênticas aos das restantes uni-

versidades.

Sobre a CEUL, informaram ainda existir uma profunda divergência entre a maioria dos sócios fundadores e a quase totalidade dos sócios supervenientes, divergência resultante da natureza e missão da Universidade Livre. Dessa divergência resultou o aparecimento de duas direcções e correspondentes assembleias gerais que reivindicam a legitimidade da representação da CEUL. Uma é presidida pelo eng. Brás de Oliveira e a outra pelo dr. Cruz Rodrigues, não havendo, até hoje, nenhuma decisão judicial que contestasse a primeira.

Depois de se referirem aos incidentes provocados exclusivamente — acentuaram — pela Direcção do dr. Cruz Rodrigues, nas suas tentativas de intervenção abusiva na vida da Universidade, adiantaram uma solução para o litígio.

Para assegurar a estrita legalidade do funcionamento da Universidade, cuja frequência é de dois mil a dois mil e quinhentos alunos, a Reitoria solicitou à Direcção Geral do Ensino Superior a designação urgente de um inspector (já designado segundo apurámos) para acompanhar de perto e controlar a legalidade do processo de autonomização da UL.